

CEMO: Debates

No: 1

Debate ocorrido aos 8 de Março de 2012



Publicado pelo Centro de Estudos
Moçambicanos e Internacionais

25 de Abril de 2012

A SADC e Os Processos Eleitorais de 2012: O Caso do Zimbabwe

Henriques Viola

Fernando Gonçalves

Noa Inácio

Henriques Viola (HV): Neste ano de 2012, espera-se que quatro países da SADC tenham eleições nomeadamente Angola, Lesotho, Madagáscar e Zimbabwe. Dentre estes, o processo do Zimbabwe é o que inspira mais atenção dos observadores, representando um grande desafio político que caracteriza aquele país membro fundador da SADC. A ausência de uma data marcada para as eleições, o facto de ainda não terem uma nova constituição aprovada, a falta de uma comissão eleitoral e um sistema judicial credível e as recentes reportagens de prisões arbitrárias de membros da oposição, e da sociedade civil são factores que tornam as expectativas mais negras. Mais ainda, depois do processo conturbado de 2008, que deu origem a um Governo de Unidade Nacional (GUN). Para recordar, em Março de 2008, houve eleições gerais que foram ganhas pelo então partido da oposição, o Movimento para a Mudança Democrática (MDC), em termos de lugares no parlamento. Entre os três candidatos para o cargo de presidente, nenhum teve 50 por cento mais um voto, necessários para governar. Na segunda volta das eleições que teve lugar à 27 de Junho de 2008, Robert Mugabe concorreu sozinho, tendo sido empossado para o 6º mandato, dois dias depois do anúncio dos resultados. O candidato do MDC, Morgan Tsvangirai, havia desistido da corrida eleitoral alguns dias antes, alegando o clima de violência que se vivia. As eleições no Zimbabwe, depois do referendo de 2000, tornaram-se controversas e, neste momento, constitui uma das principais causas da crise que o país enfrenta, pois têm sido um grande desafio para a paz e segurança na região. É neste contexto que este processo constitui

Ideias Chaves

1. A SADC e as suas instituições encontram-se fragilizadas para mediar os conflitos que se verificam no Zimbabwe.
2. O problema zimbabweano não se restringue as suas fronteiras, fazendo deste modo que o problema seja transversal.
3. Eleições livres, justas e transparentes no Zimbabwe só será possível com uma vigilância forte dos observadores internacionais.
4. *"Somos mediadores mas temos que salvar o nosso irmão"*-este é o problema da SADC
5. É preciso desmilitarizar as instituições que regulam os processos eleitorais, para que não influenciem a favor de uma força política.

CEMO

Av. Daniel Malinda, nr. 38, 1º Andar, Caixa Postal 1092, Tell: +258 21 305 935, e-mail: cemo.geral@cemo-mozambique.org, website: www.cemo-mozambique.org, Maputo-Moçambique

O conteúdo desta publicação representa a opinião dos painelistas e não vincula necessariamente o Centro de Estudos Moçambicanos e Internacionais (CEMO)

um desafio, não só para o Zimbabwe, como para outros países da região. Devido a sua localização no *hinterland* e o facto de fazer fronteira com quatro países da SADC, incluindo Moçambique, a crise no Zimbabwe tem um grande impacto sobre os países vizinhos. Para recordar, os ataques xenófobos na África do Sul que tiveram como alvo cidadãos zimbabweanos e moçambicanos.

• **Diante de todos estes desafios do Zimbabwe, poderão os órgãos da SADC contribuir para um processo mais justo e transparente?**

• **Como garantir que as eleições tenham em conta as regras democráticas da SADC?**

• **Qual é o papel das organizações da sociedade civil, os *media* da SADC neste processo eleitoral?**

• **Estará a SADC preparada para este processo eleitoral?**

Estas e outras questões estarão em debate hoje, por este painel constituído por um conceituado jornalista, editor do semanário SAVANA, Fernando Gonçalves, que também tem uma longa experiência de vida e trabalho no Zimbabwe. Também temos o Analista, Noa Inácio, formado em Relações Internacionais e que tem escrito muitos artigos relacionados a Moçambique e muitos outros países da SADC. Sejam bem vindos Fernando Gonçalves e Noa Inácio!

O orador

Fernando Gonçalves (FG): Primeiro agradecer o convite que me foi feito para falar deste tema, que considero muito importante e que tem dominado vários processos políticos, sociais nos últimos 12 anos.

Devo dizer com toda a franqueza que tenho muitas dificuldades de falar neste assunto, porque sinto que muitas vezes as pessoas discutem esse assunto com base nas emoções e, sem conhecimento profundo daquilo que são os factores que conduziram o Zimbabwe a situação em que se encontra. É muito difícil convencer as pessoas que não têm esse conhecimento, a informação daquilo que está de facto a acontecer no Zimbabwe. Entendo que nem

toda a gente deve estar informada factualmente, de forma profunda em torno do Zimbabwe. Este é um tema que criou muitas divisões nos meios intelectuais moçambicanos, se alguém diz que está a corrigir um erro que foi cometido pelo colonialismo, não estou a ver nenhum africano ou moçambicano sério a opor-se a isso. Se alguém diz que estou a tirar a terra aos brancos, que nos arrancaram no tempo da colonização e estou a dar aos "pretos" que não têm a terra é razoável. Quando Mugabe diz que está a distribuir terras que foram roubadas aos negros, é natural que ele tenha apoio. Mas será apenas a questão da terra o problema do Zimbabwe? Neste momento já não há terra para distribuir, está tudo nas mãos do Governo. É o governo que distribui, e não há agricultores brancos no Zimbabwe. Se a questão da terra era o problema essencial por quê é que até hoje o Zimbabwe continua um país instável? Portanto, deve existir algo mais que a questão da terra, como foi dito aqui, trabalhei durante muito tempo no Zimbabwe. Tive o privilégio de trabalhar numa área em que tinha acesso à informação de forma sistemática e há muitas questões do Zimbabwe que nunca chegam a nós, também como maior parte da literatura sobre o Zimbabwe é em inglês e, muitos de nós não tem acesso à essa língua. Penso que neste momento o mais importante não é olhar para atrás, procurar quem é o culpado, quem é capitalista do ocidente. O grande problema é o que acontece, e penso que é o que devemos ver. O Zimbabwe poderá ser um dos países onde haverá eleições este ano. Mais para nós podermos analisar a situação do Zimbabwe, e como essas eleições poderão decorrer, é importante olharmos um pouco para aquilo que é o arranjo constitucional no Zimbabwe. Porque ao fim ao cabo, são os instrumentos legais que determinam como é que as coisas são introduzidas, os mesmos que derivam da Constituição da República. Como devem saber, o Zimbabwe não tem uma constituição própria, mais tem uma constituição que foi assinada em 1979, depois da negociação de *Lancaster House*, que conduziram à independência do Zimbabwe. Esta constituição ou documento de *Lancaster House* não é uma constituição genuinamente zimbabweana, é

um documento padrão que o governo britânico tem para dar independência as suas antigas colônias. Com base nesse documento o Ghana ficou independente, a Suazilândia, Quênia e tantos outros países ex-colônias britânicas. É um documento padrão, que é orientador para atribuir independência as antigas colônias britânicas. É verdade que cada colônia tem a sua especificidade e este documento deve ser elaborado segundo essas especificidades. No caso do Zimbabwe, por causa do factor da população branca, esta constituição que surge através da constituição de *Lancaster House*, previa que na primeira legislatura, durante cinco anos deveria haver no parlamento 20 brancos. Evidentemente, que passados os cinco anos de independência, essa cláusula desapareceu. Penso que foi a primeira emenda constitucional. Esta constituição dizia também que nos primeiros 10 anos o governo não deveria alterar as leis relacionadas com a propriedade, incluindo a terra. Se o governo do Zimbabwe quisesse comprar a terra para redistribuir para a população, os "sem-terra", tinha que fazer com base a um sistema *willing buyer, willing seller*, que devia existir um acordo entre o vendedor e o comprador, neste caso o comprador sendo o Estado. O vendedor marca o seu preço e o Estado se estiver de acordo e ter o dinheiro, paga. Em 1990, já era possível o governo do Zimbabwe alterar a lei da propriedade. Já podia pagar uma compensação, mas uma compensação indicada pelo governo unilateralmente. É difícil encontrar alguém hoje no Zimbabwe que não esteja a favor da redistribuição da terra, incluindo o MDC. O MDC tem uma proposta de política de redistribuição da terra, que foi desenvolvida durante anos pelos sindicatos, foi apresentada ao presidente mas não aceitou. Aquela constituição tem mecanismos próprios que permite que ela seja alterada. Penso que desde 1980 até 2008, essa constituição sofreu 19 emendas. Uma das emendas que foi feita e era fundamental, foi a que abolia o posto de Primeiro-ministro e criava o posto de Presidente-executivo. O que isto quer dizer? A Grã-Bretanha não tem uma constituição, ela é feita pelos tribunais, ou seja, as decisões que são tomadas passam a constituir a jurisprudência britânica. Quer dizer que, um caso idêntico que venha apresentar-se no futuro será referenciado por aquela decisão que foi tomada antes. Os britânicos nunca sentaram numa sala, numa assembleia e dizer que estamos a aprovar essa constituição. Quando a constituição foi modelada nos termos britânicos, o Presidente da República (PR) não era executivo, era o equivalente a rainha da Inglaterra. Portanto, não sendo executivo, político, pressupõe que deveria ter poderes que deveria exercer, mas que não favoreciam a nenhum partido político. Havia um Primeiro-ministro que era chefe do governo, do executivo e um Presidente que representava todos os zimbabueanos. A emenda de 1987 alterou isso, e ao alterar essa disposição significa que os poderes que eram reservados a um Presidente não executivo são aglutinados com os poderes de um Primeiro-ministro executivo, cria-se um *super-presidente*. Uma das implicações dessa alteração (e que estava na constituição de *Lancaster House*), é o facto de o PR ter a prerrogativa e o direito de escolher 30 membros não eleitos para o parlamento. O parlamento é constituído por 150 membros no seu total, dos quais 120 são eleitos e 30 são nomeados pelo Presidente. Numa situação em que o PR não é político, os 30 lugares significam que há interesses que estão fora dos partidos políticos, que é importante que estejam representados ao nível do parlamento. Então, é daí que o Presidente vai buscar essas pessoas. Um presidente não político exerce esses poderes sem levantar grandes problemas. Mas a demonstração que eu queria fazer é que se vocês pegam nos 120 deputados que são eleitos, e vamos as eleições a oposição fica com 74 lugares significa que ganharam as eleições. O partido do Presidente fica com 46. Mais se os 46 do partido do Presidente são somados aos 30 nomeados por ele, ficam 76 e anula a vitória da oposição. É neste ambiente que as eleições foram realizadas, em 1997. Houve uma grande agitação para que fosse alterada a constituição. Houve muita pressão e o governo cedeu, mas tentou controlar o processo. A nova constituição elaborada pelo governo teve muitas áreas que não agradou a muita gente e quando foi

ao referendo essa nova constituição não passou. Esse resultado negativo no referendo, geralmente, em outros países quando um governo submete qualquer assunto e não passa, a indicação disso é que não há confiança em relação ao governo e este demite-se, convocando-se eleições antecipadas. Não estou a dizer que é obrigatório, mas depois houve eleições. As eleições de 2008, foram muito controversas, penso que Mugabe estava convencido que ainda tinha muita popularidade, não se tinha apercebido que tinha perdido apoio popular. E foram nessas eleições que o MDC ganhou as parlamentares. Diz-se que nas eleições presidenciais nenhum candidato atingiu mais de 50 por cento, e por isso era necessário uma segunda volta. Mas a história da segunda volta é aquilo que todos nós conhecemos, houve violência sem precedentes que tinha como objectivo deslocar as pessoas das suas zonas de residência. Para que, quando chegasse a vez da segunda volta essas pessoas não pudessem votar, essa é a interpretação que eu faço. É preciso que jovens como vocês comecem a se interessar pelos processos eleitorais de outros países, porque se não fizerem isso, correm risco de discutir nas barracas com bases em emoções, percepções, informação de que não têm conhecimento. Há quem diga que Morgan Tsvangirai ganhou eleições na primeira volta, posso acreditar que é real porque levaram mais de três, quatro ou cinco semanas para anunciar os resultados eleitorais. Acompanhei várias eleições no Zimbabwe, os resultados são conhecidos no mesmo dia. Mas como resultado dessa situação inconclusiva, foi assinado um "acordo político global" entre as partes e, entrou em vigor em Fevereiro de 2009. Este é um acordo transitório e previa que dentro de 17 meses fosse redigida uma nova constituição, que seria submetida à referendo e esperava-se que só depois disso, com novos mecanismos de gestão eleitoral se podia ir às

eleições num processo livre, transparente, justo e que fosse credível. Infelizmente, se esse calendário tivesse sido seguido até Outubro de 2010 ter-se-iam realizado as eleições. Ainda se está no processo da revisão da constituição, o governo diz que o *acordo político global* não diz nada sobre quando é que as eleições vão decorrer. O acordo também é silencioso no que se refere ao período que vai durar o mesmo. Neste momento o governo diz que haverá eleições, e a oposição está a dizer que não pode haver eleições sem que haja instalação de uma Comissão de Eleições credível.

Henriques Viola: Será que os órgãos da SADC poderão ajudar o Zimbabwe para que tenha eleições credíveis?

Fernando Gonçalves: Penso que a grande dificuldade, a tragédia nesse processo todo é que a mediação inicial se baseou muito na noção: "*somos mediadores mais temos que salvar o nosso irmão, temos que encontrar uma situação em que ele não saia prejudicado*". Criou-se uma situação que a SADC hoje está muito fragilizada, mas naquela altura havia condições para a SADC impor-se e fazer valer o seu pensamento. Como devem saber o Zimbabwe já não tem os mesmos problemas económicos que tinha em 2008, foram descobertas no Zimbabwe as maiores reservas de diamante do mundo. Portanto, já não há sanções económicas, as sanções são contra indivíduos. O Zimbabwe não está preocupado com sanções económicas, porque estas estão sendo aliviadas com a venda de diamantes. Infelizmente, os recursos têm esses problemas em África, os países que têm muitos recursos já não ouvem à ninguém, fazem tudo que lhes apetece. Nos últimos dias o que Mugabe tem falado da União Africana, não sei que respeito teria em relação à essa

FICHA TÉCNICA

Editor: Xavier Ninlova
Director Executivo: N. Henriques Viola
Presidente do Conselho de Direcção:
Hortêncio Lopes
Telefone: +258 21 305 935

E-mail: cemo.geral@cemo-mozambique.org

Website: www.cemo-mozambique.org

Facebook: <http://www.facebook.com/CEMO.Mozambique>

Twitter: http://twitter.com/CEMO_MOCAMBIQUE

organização.

O comentador

Noa Inácio (NI): Congratular à todos que se predisuseram para vir partilhar o seu tempo para obter essas informações. Penso ser oportuno reiterar que já ouvi em diversos fóruns que Fernando Gonçalves conhece e com bastante profundidade o assunto do Zimbabwe. Fez uma abordagem como um livro, foi muito claro na apresentação dos dados, da história, me pareceu mais uma aula, que dou meus parabéns. Quero pegar dois pequenos conceitos que na minha modesta maneira de ver, também acrescentam valores naquilo que são os problemas eleitorais na SADC, no caso de Zimbabwe. A questão da redistribuição da riqueza, associado ao facto de apropriação de valores democráticos. Não tenho a intenção de buscar a génese do processo da criação do Estado do Zimbabwe, nem mesmo de qualquer outro Estado da SADC. Vou tentar olhar de uma forma generalizada como estes dois conceitos têm sido operacionalizados ao nível da região, para nós podermos perceber o revés nos processos eleitorais. Se olharmos para a questão de Madagáscar, em que o então Chefe do Estado Ravolmanana, saiu numa fase em que havia uma disputa em relação as farmas agrícolas, que tinha como objectivo ser passada a países como Coreia, entre outros. Uma questão central de apropriação de um líder de uma grande porção da terra para o seu próprio benefício, em detrimento daquilo que são interesses nacionais. O que acontece em casos tristes é que se cria um clima de intrasigência, instabilidade, que do ponto de vista de Estado já não consegue progredir como nação. O outro modelo que trago é a apropriação dos modelos democráticos. Estamos a falar de processos eleitorais, senti de forma hesitosa no discurso do CEMO, que na minha própria interpretação, colabora com a do Gonçalves quando diz que Tsvangirai ganhou as eleições. Se formos pelo ponto de vista factual não estou a ver um líder da craveira da *Linha da Frente* a partilhar o poder com um movimento da oposição, sabendo que ganhou as eleições. Se isso aconteceu é porque do ponto de vista factual, objectivo, havia consciência de que Tsvangirai ganhou as eleições. Se Tsvangirai não tomou o poder é porque há atropelos no nosso modo de convivência eleitoral.

O próprio conceito de Golpe de Estado precisa ser muito bem definido à luz daquilo que nós queremos à nível da região. Não nos parece que a SADC tenha condições para resolver a questão dos problemas eleitorais, quando em alguns casos pretendem solucionar problemas de gestores de Estado que

venham dos carris da *linha da frente*. Porque quando temos casos como o do líder malgaxe, ficam dois pesos e duas medidas para resolver a mesma situação. Estes são os problemas que estas instituições regionais terão quando for para resolver conflitos. Penso que sou daquelas pessoas que gostam de acreditar que existe a democracia africana, europeia, americana, apesar de ser um processo para ser apropriado. Acredito que o modelo democrático mesmo não sendo perfeito, temos que aprimorar muitas coisas para nós tornarmos verdadeiramente democráticos, e desta forma permitir que os nossos processos eleitorais sejam justos, livres e transparentes. O problema da SADC é como alguns líderes apropriam-se da riqueza nacional, em detrimento de todo um conjunto numa perspectiva de fraca distribuição de renda, que isso vai degenerar em conflitos sociais, problemas estruturais. As pessoas perdem eleições e usam o mecanismo da força para se manter no poder. Penso que resolvendo essas questões poderíamos ter ao nível da região, dos Estados, outros tipo de visão e trabalhos. Um dos países sob ponto de vista de estabilidade que temos na região é a África do Sul, talvez ele serve como exemplo para percebermos esses conceitos que estamos a trazer. Sob ponto de vista de movimentação social, expressão daquilo que são as suas necessidades, não vejo nenhum povo na região que podemos equiparar. Queria ser muito claro nisso, sob ponto de vista de rebelião bem ou mal é o povo que facilmente sai à rua para manifestar. Há movimentos que se fazem mesmo dentro do partido governamental, que se rebela e expõem as suas opiniões.

Fernando Gonçalves:

Não sei se vocês sabem, mais o inverno na África do Sul traz o agudizar dessas situações (rebelião), que é quando as pessoas que não têm abrigo sentem mais frio. No caso de 2008, teve a ver com a violência no Zimbabwe, e havia muita pressão dos zimbabwianos que estavam a sair para África do Sul. Essa é uma razão para que a SADC resolva essa questão porque cria problemas de segurança. Nossos cidadãos foram mortos na África do Sul, aliás, a figura emblemática daquela onda de xenofobia é um moçambicano a correr com chamas à volta. É de todo interesse da SADC resolver a situação da crise no Zimbabwe, e para que outros tipos de crises idênticas não voltem a acontecer. O que é mais trágico na situação do Zimbabwe e inaceitável é que Mugabe devia ter caído, mas que muitos de nós não queremos admitir. Porque a contestação ao regime de Mugabe começa a ganhar muita intensidade em

1996, quando ele distribuiu dinheiro aos antigos combatentes. Porque o dinheiro que era da contribuição mais uma vez da Grã Bretanha para apoiar o processo de desmobilização dos guerrilheiros foi consumido pela elite, e quando os antigos guerrilheiros descobriram isso fizeram muita pressão. Mugabe não tinha dinheiro porque já tinha assinado um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) para reestruturação da economia, que implicava que todas as despesas fossem orçamentadas. Mugabe deu ordens aos homens da tesouraria, das finanças, para dar "numa sentada" 500 milhões de dólares que não estavam no orçamento. Como consequência disso a moeda zimbabweana teve uma desvalorização acentuada de cerca de 50 por cento em um dia. E depois, quando foi da guerra do Congo toda a SADC tinha decidido que não iria intervir; Angola disse que tinha interesse directo na solução da situação do Congo, e tinha poder e uma força capaz de intervir, e acabar com aquela situação que estava a ocorrer lá. A Namíbia arrastada pelas relações históricas que tem com Angola também foi, mas num papel de assessoria. Mugabe em desrespeito à toda a SADC, contra a decisão colectiva da SADC, numa tentativa de impor a sua posição e hegemonia na região, para fazer face à Mandela foi se meter lá. O grande problema de Mugabe surge com a libertação de Mandela, ele passa a ter inveja crónica em relação à Nelson Mandela, e a entrada no Congo é uma forma de mostrar musculatura perante Nelson Mandela. Porque Mugabe dizia que esteve em Moçambique, ajudou na luta de libertação mas quando acabou a guerra, a África do Sul é que se beneficiou economicamente. Ele nunca disse isso em público, mas eu conheço.

E quando vai ao Congo, os zimbabweanos dizem que esse presidente tem muitos poderes e temos que acabar com isso. A decisão de intervir militarmente em qualquer Estado do mundo vai ao parlamento, mesmo nos EUA. Nos EUA pode não haver um voto, mas o presidente anuncia que a minha obrigação constitucional é defender os interesses do país e impõe-se nesse momento que nos envolvamos nessa guerra. Ele fez um referendo em Fevereiro, e as eleições estavam previstas para Junho de 2000. E vejam que pela primeira vez que o MDC participa nas eleições ficou com 57 lugares. Anteriormente o Zanu-PF

ocupava a maioria e a oposição tinha somente três assentos.

O que fragiliza a SADC? É que o nosso "amigo" Thabo Mbeki, adopta uma estratégia de mediação que visa salvaguardar Robert Mugabe. Se você tem interesse num caso não entra como mediador, tão simples como isso. Isto criou um ambiente em que toda a SADC ficou contaminada, os dirigentes da SADC muitos deles já estão fartos de Mugabe, não somente pela situação do problema do Zimbabwe criar problemas nos seus próprios países, mas também porque eles têm que responder perante à toda comunidade internacional. A comunidade internacional diz: *"nós queremos vos ajudar, mas vocês têm que resolver o problema que têm no vosso quintal"*. É verdade que o grupo do Zuma tem endurecido as posições, mas vai levar muito tempo porque Mugabe vai arranjar formas de escamotear o processo.

HV: Queremos agradecer ao Fernando Gonçalves por ter acedido ao nosso convite e por ter nos ajudado a reflectir sobre o nosso vizinho Zimbabwe. Agradecemos à todos os presentes, na perspectiva de voltar a te-los num futuro próximo!

Sobre o orador:

Fernando Gonçalves é Editor do Semanário SAVANA, com larga experiência de vida e trabalho no vizinho Zimbabwe!

DEBATES DO CEMO SOBRE O ZIMBABWE:

Dia 22 de Abril de 2008: "Eleições no Zimbabwe: Cenários, Desafios e Oportunidades". Realizado no Sindicato Nacional de Jornalistas, em Maputo.

Dia 29 de Maio de 2008: Debate continuado sobre "Eleições no Zimbabwe: Cenários, Desafios e Oportunidades". Realizado no Hotel Avenida, em Maputo.

23 de Outubro de 2008, "O Acordo de Partilha de Poder no Zimbabwe: Seu Significado para Paz, Estabilidade e Consolidação da Democracia em África". Realizado no HOTEL ROVUMA, em Maputo.

Organizado por:



Parceiro:

